



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEE/SRE PARAMINAS DIVOFOMPRAS - Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas / Diretoria Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

v2.2025.02

MINUTA PADRONIZADA DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR, PARA COMPRA DE BENS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS, NA FORMA ELETRÔNICA (COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PARÁ DE MINAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

(COMPRA DE BENS OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP Nº 01/2026		
PROCESSO DE COMPRA:	1261317 000001/2026	
CONTRATANTE:	SRE PARÁ DE MINAS/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	
OBJETO:	Contratação de prestação de serviços de manutenção de portas de aço de enrolar automáticas	
VALOR ESTIMADO:	R\$ 63.684,75	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO	
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	SIM	
LOCAL:	Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/	
DATA DA SESSÃO DE LANCES	HORÁRIO DA ABERTURA	HORÁRIO DO FECHAMENTO
23/02/2026	09:00 hora(s)	15:00 hora(s)

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP
5. DA ETAPA DE LANCES
6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
7. DA HABILITAÇÃO
8. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO
9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
10. DA CONTRATAÇÃO
11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da **SRE Pará de Minas/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO** realizará contratação direta na modalidade dispensa de licitação por valor, na forma eletrônica (Cotação Eletrônica de Preços -

COTEP), do tipo **MENOR PREÇO**, regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução SEPLAG nº 34, de 24 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

- 2.1. A presente COTEP tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO de **MANUTENÇÃO DE PORTAS DE AÇO DE ENROLAR AUTOMÁTICAS (preventiva e corretiva)**, conforme especificações e condições constantes neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos.
- 2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.
- 2.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no [Portal de Compras MG](#) e as especificações técnicas constantes no Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos, o fornecedor participante deverá obedecer a este último.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. A participação nesta COTEP se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).
 - 3.1.1. As orientações aos fornecedores para participação na Cotação Eletrônica de Preços – COTEP são apresentadas no [Manual COTEP MG - NLLC - Versão Fornecedor](#), disponível no Portal de Compras MG.
- 3.2. A aplicação dos benefícios previstos nos arts. 49, inciso IV, e 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro 2006 c/c o art. 14, inciso III, do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018, ocorrerá de acordo com o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.
 - 3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:
 - 3.2.2.1. não se aplica no caso de contratação direta para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
 - 3.2.2.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
 - 3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 3.2.1.1 e 3.2.1.2.
- 3.3. Para fins do disposto neste Aviso, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:
 - 3.3.4. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
 - 3.3.5. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
 - 3.3.6. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
 - 3.3.7. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 3.4. **Poderão participar** desta COTEP os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação direta, e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.
 - 3.4.1. A inscrição no CAGEF deve ser realizada no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site www.compras.mg.gov.br - [Acesso a informações - Manuais - Fornecedor](#).
 - 3.4.2. Cada fornecedor deverá inscrever, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um fornecedor na presente COTEP.
 - 3.4.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor da COTEP por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
 - 3.4.4. É dever do representante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 3.4.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do fornecedor e do seu representante para realização das transações inerentes à COTEP.
 - 3.4.6. O fornecedor se responsabiliza:
 - 3.4.6.1. por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Portal de Compras MG, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
 - 3.4.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.5. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento da sua inscrição ou quando da atualização de seus dados cadastrais no CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastro da proposta comercial.

3.5.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

3.6. Para informações relativas ao cadastro junto ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais - CAGEF, consulte o link: <https://compras.mg.gov.br/fornecedores/cadastro-geral-de-fornecedores-cagef/> ou entre contato por meio do e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br. Para dúvidas sobre acesso e navegação no Portal de Compras, participação em licitações entre contato pelo site: <https://compras.mg.gov.br/canais-de-atendimento/fale-conosco/>.

3.7. **Não poderão participar desta COTEP** as empresas que:

3.7.1. Não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos;

3.7.2. Enquadrem-se como empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7.4. Que se enquadrem nas seguintes situações:

3.7.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da COTEP, impossibilitada de participar da licitação ou contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;

3.7.4.3.1. O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.7.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

3.7.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP

4.1. Após a divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, os fornecedores cadastrarão, exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#), a proposta contendo **O PREÇO**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, informando, obrigatoriamente no sistema:

4.1.1. o **VALOR UNITÁRIO (mensal)**, **VALOR TOTAL ANUAL**, **VALOR TOTAL DO LOTE POR 5 ANOS** de cada lote.

4.2. Os fornecedores poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

4.3. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

4.3.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

4.3.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. O cadastramento das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I - Termo de Referência, assumindo o fornecedor o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de **fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para prestar o serviço**, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

4.6. No momento do cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do [Portal de Compras MG](#), as seguintes declarações:

4.6.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

4.6.2. que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante, conforme disposto na alínea "a" do inciso II do art. 9º da Resolução Seplag nº 34/2024;

4.6.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.6.4. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.6.5. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

4.6.5.1. que não ultrapassou o limite de faturamento definido no art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

4.6.5.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

4.7. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o fornecedor às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

4.8. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 22 de março de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) preenchida(s) diretamente no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e alterações.

4.8.1. As fases de classificação das propostas, da etapa de lances, do julgamento dos preços, da adjudicação e da homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

4.8.2. O disposto nos subitens 4.8 e 4.8.1 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

5. DA ETAPA DE LANCES

5.1. Na data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, a sessão pública será automaticamente aberta para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrada no horário de finalização de lances, também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a fase competitiva, os fornecedores poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).

5.3. O fornecedor será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

5.4. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL** do lote.

5.4.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de **VALOR INFERIOR** em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença **DE VALORES**, quando for o caso.

5.4.2. O intervalo mínimo de diferença de **VALORES** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 1,00 (um real)**.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante a sessão pública os fornecedores serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como poderão visualizar todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem **CRESCENTE, QUANDO ADOPTADO O CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO**.

5.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.9. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.10. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Portal de Compras MG.

5.10.1. Na hipótese de não serem enviados lances, e haver empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio para classificação das propostas empatadas.

5.11. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos fornecedores, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para a **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/SRE PARÁ DE MINAS**, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação do fornecedor melhor classificado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF e/ou CNPJ
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do ;	SIM	SIM	NÃO
CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemege/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de fornecedores Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form .		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) fornecedores Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: *A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

6.2. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas consultadas.

6.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será desclassificado, por falta de condição de participação.

6.3. Havendo necessidade, o responsável pelo procedimento poderá suspender a sessão posteriormente à conclusão da etapa de lances, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.4. Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor em seus anexos, considerando os valores unitários e totais de referência de cada item do lote.

6.5. Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O(s) valor(es) da negociação deverá(ão) ser registrado(s) em campo próprio do referido sistema.

6.6. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de sua oferta permanecer acima do preço máximo definido para a compra, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, respeitada a ordem de classificação.

6.7. Estando o preço compatível, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da sua proposta comercial assinada e adequada ao(s) último(s) valor(es) ofertado(s) ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), devendo ser observado o modelo apresentado no Anexo II – Proposta Comercial, e o disposto a seguir.

6.7.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto (quando for o caso), e o **PREÇO UNITÁRIO/SEMESTRAL, ANUAL E PLURIANUAL**, devidamente atualizado.

6.7.2. O prazo de validade da proposta é o disposto no Anexo I - Termo de Referência.

6.7.3. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

6.7.3.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal [Gov.br](#). A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

- 6.7.4. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também, a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.
- 6.8. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.
- 6.8.1. O disposto no subitem anterior não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo Simples Nacional, devendo estes anexar à sua proposta comercial a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.
- 6.10. Será desclassificada a proposta classificada em 1º lugar que:
- 6.10.2. contiver vícios insanáveis;
- 6.10.3. descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Aviso de Dispensa por Valor, no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos;
- 6.10.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo global e unitário definido para a contratação;
- 6.10.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou
- 6.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Dispensa por Valor e/ou do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, desde que insanáveis.
- 6.11. Será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.11.7. for insuficiente para a cobertura dos custos da **CONTRATAÇÃO**, por apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.11.8. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.13. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.13.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.15. **Da apresentação de amostras:**
- 6.15.10. Não haverá apresentação de **amostras** no presente certame.
- 6.16. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.17. O responsável pelo procedimento iniciará a análise dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em 1º lugar, sendo exigidos somente aqueles elencados no Anexo I - Termo de Referência.
- 7.18. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.
- 7.19. O fornecedor deverá manter atualizadas as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral - CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.
- 7.20. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 7.2, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, sob pena de inabilitação, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, por meio de solicitação do fornecedor, devidamente justificada, ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.
- 7.20.11. A não regularização dos documentos constantes do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.21. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.21.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.21.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.22. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Licitação por Valor e seus anexos.

7.23. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.24. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o fornecedor será habilitado.

8. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

8.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento de contratação direta, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, pelos critérios e na forma de que trata o art. 71, incisos II e III e §4º, da Lei 14.133, de 2021.

8.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.3. O motivo determinante para a revogação do processo contratação direta deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

8.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

8.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da contratação direta, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 8.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no [Portal de Compras MG](#).

9.2.1. A ata ficará disponível no [Portal de Compras MG](#), bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o fornecedor vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e outras penalidades aplicáveis.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta contratação direta, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

10.1.3. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

10.1.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo fornecedor vencedor.

10.1.5. Na hipótese de nenhum dos fornecedores aceitar a contratação nos termos do item 10.1.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Aviso, poderá:

10.1.5.1. convocar os fornecedores remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

10.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.1.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da contratação direta.

10.1.7. A regra do item 10.1.6 não se aplicará aos fornecedores remanescentes convocados na forma do item 10.1.5.1.

10.2. As condições de apresentação de Garantia da Execução são aquelas previstas no **Anexo I - Termo de Referência, no Anexo II - Instrumento de Medição de Resultados, no Anexo IV - Minuta de Contrato e no Anexo V - Especificações Complementares**.

10.3. O aceite ou retirada da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

- 10.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos;
- 10.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.
- 10.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Aviso Dispensa por Valor sem convocação para a contratação, ficarão os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.
- 10.7. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.
- 10.7.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) fornecedor(es) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".
- 10.7.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail sre.paraminas.sei@educacao.mg.gov.br.
- 10.7.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Este Aviso de Dispensa por Valor deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 12.2. O procedimento será divulgado no [Portal de Compras MG](#) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 12.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 12.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso de Dispensa por Valor, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.
- 12.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 12.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 12.7. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.
- 12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado desta contratação direta.
- 12.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 12.11. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta contratação direta, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 12.12. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br.
- 12.13. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.
 - ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.
 - ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.
 - ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.
 - ANEXO V - ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES.

Responsável Técnico

Eduardo César da Silveira Sousa

Agente de Contratação/Analista Educacional

Tânia de Moura Morato Resende

Superintendentente Regional de Ensino

Secretaria de Estado de Educação/SRE Pará de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cesar da Silveira Sousa, Servidor**, em 10/02/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **132285279** e o código CRC **0F230AF5**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEE/SRE PARAMINAS DIVOFOMPRAS - Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas / Diretoria
Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

v2.2025.02

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
29/10/2025	Secretaria de Estado de Educação Superintendência Regional de Pará de Minas	1261317

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Eduardo César da Silveira Sousa E-mail: eduardo.sousa@educacao.mg.gov.br sre.paraminas.compras@educacao.mg.gov.br	Diretoria Administrativa e Financeira

SUMÁRIO

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 7 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 9 - HABILITAÇÃO
- 10 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da prestação de serviços de MANUTENÇÃO DE PORTAS DE AÇO DE ENROLÁVEIS AUTOMÁTICAS, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	EXERCÍCIO FINANCEIRO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	01	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR - AUTOMÁTICAS - 5 PORTAS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA	2026	UNIDADE	1	R\$ 12.736,95
01	01	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR - AUTOMÁTICAS - 5 PORTAS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA	2027	UNIDADE	1	R\$ 12.736,95
01	01	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR - AUTOMÁTICAS - 5 PORTAS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA	2028	UNIDADE	1	R\$ 12.736,95
01	01	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR - AUTOMÁTICAS - 5 PORTAS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA	2029	UNIDADE	1	R\$ 12.736,95
01	01	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR - AUTOMÁTICAS - 5 PORTAS - MANUTENÇÃO PREVENTIVA	2030	UNIDADE	1	R\$ 12.736,95
VALOR TOTAL DO PERÍODO						R\$ 63.684,75	
ATENÇÃO: A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS PORTAS PREVÊ A LUBRIFICAÇÃO DE CADA PORTA, DUAS VEZES POR ANO. A MANUTENÇÃO CORRETIVA TERÁ VALOR FIXO DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), CONFORME AS REGRAS DETERMINADAS NESTE DOCUMENTO. A MANUTENÇÃO CORRETIVA DEVE SER CONSIDERADA NO SEU LANCE.							

1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1. PORTA 1: Porta de enrolar automática, 3,53 metros de comprimento; 2,65 metros de altura; área total de 9,35 m² (nove metros quadrados e trinta e cinco centímetros quadrados); com acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor 220W, de 1700 rpm, com freio eletromagnético, com acionamento por botões (abre, fecha e para) e sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência.

1.2.2. PORTA 2: Porta de enrolar automática, 3,30 metros de comprimento; 2,65 metros de altura; área total de 8,74 m² (oito metros quadrados e setenta e quatro centímetros quadrados); com acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor 220W, de 1700 rpm, com freio eletromagnético, com acionamento por botões (abre, fecha e para) e sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência.

1.2.3. PORTA 3: Porta de enrolar automática modelo A: 1,96 metros de comprimento, 3,17 metros de altura e área total de 6,21 m² (seis metros quadrados e vinte e um centímetros quadrados). O equipamento deverá possuir acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor de 220W, de 1700 rpm, freio eletromagnético e acionamento por botões (abre, fecha e para), além de sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência. Será necessário fornecer 4 controles extras para abertura e fechamento das portas.

1.2.4. PORTA 4: Porta de enrolar automática modelo B: 3,24 metros de comprimento, 3,44 metros de altura e área total de 11,1456 m² (onze metros quadrados e mil quatrocentos e cinquenta e seis centímetros quadrados). O equipamento deverá possuir acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor de 220W, de 1700 rpm, freio eletromagnético e acionamento por botões (abre, fecha e para), além de sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência. Será necessário fornecer 6 controles extras para abertura e fechamento das portas.

1.2.5. PORTA 5: Porta de enrolar automática, 2,50 metros de comprimento; 2,65 metros de altura; área total de 6,625 m² (seis metros quadrados e seiscentos e vinte centímetros quadrados); com acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor 220W, de 1700 rpm, com freio eletromagnético, com acionamento por botões (abre, fecha e para) e sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência.

1.2.6. As portas possuem controle remoto para ativação externamente.

1.2.7. Serviço de manutenção preventiva e corretiva em portas de aço enroláveis automáticas, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e demais legislações pertinentes, incluindo:

1.2.7.1. **Manutenção preventiva:** Realização de lubrificação, ajustes e realinhamento de componentes, visando garantir o bom funcionamento e a segurança das portas automáticas.

1.2.7.2. **Manutenção corretiva:** Reparo de falhas e defeitos, incluindo a substituição de peças e componentes danificados, para restabelecer o funcionamento das portas em caso de pane ou mau funcionamento.

1.2.8. O serviço inclui o fornecimento de peças originais, componentes, acessórios e equipamentos necessários para a execução da manutenção corretiva, até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por período de vigência anual.

1.2.9. Deverão estar inclusos no custo do contrato todos os materiais de consumo, como lubrificantes, limpadores e outros produtos similares, conforme especificações estabelecidas neste documento e em conformidade com as recomendações do fabricante.

1.2.10. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

1.3.11. Deverá atender ao que dispõe o **ANEXO V - ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES DE SERVIÇO**.

1.3.12. Constituirão responsabilidades da empresa prestadora de serviço contratada:

1.3.12.3. A empresa contratada deverá apresentar equipe técnica qualificada e especializada em portas automáticas, comprovar experiência comprovada no segmento, e garantir a emissão de relatórios detalhados sobre os serviços executados, incluindo as peças substituídas e os procedimentos realizados.

1.3.12.4. Na prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar e contar com profissionais especializados e devidamente capacitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado.

1.3.12.5. Os profissionais da CONTRATADA deverão obrigatoriamente utilizar Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.) exigidos pela legislação e adequados às suas atividades, bem como estar permanente e devidamente trajados de forma condizente com sua circulação nos ambientes da CONTRATANTE.

1.4. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

1.4.13. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.5. Da Contratação:

1.5.14. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até no máximo de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.5.14.6. A presente prestação de serviço é enquadrada como continuada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração.

1.5.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Descrição da Solução:

1.6.16. Visando garantir o pleno funcionamento das portas de aço enroláveis automáticas na Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, procede-se com a contratação de empresa especializada em manutenção deste tipo de equipamento.

- 1.6.17. Esta decisão de planejamento de compras visa aprimorar a funcionalidade e a eficiência das portas automáticas, cruciais para a segurança e controle de acesso às dependências da Superintendência.
- 1.6.18. A contratação de empresa especializada assegura a responsabilidade técnica pela prestação do serviço e promove economia de recursos e previsibilidade para esta unidade administrativa.
- 1.6.19. A empresa contratada oferecerá suporte contínuo, incluindo manutenções preventivas semestrais e corretivas emergenciais, sem a necessidade de manter profissionais da Superintendência permanentemente alocados para esta função.
- 1.6.20. Esta medida mostra-se eficaz tanto do ponto de vista operacional, assegurando o funcionamento adequado das portas, quanto financeiro, otimizando os custos e evitando gastos excessivos com reparos emergenciais.
- 1.6.21. A solução é necessária para garantir a segurança patrimonial, o controle de acesso e a funcionalidade dos espaços da Superintendência, contribuindo para o adequado desenvolvimento das atividades administrativas e para a segurança do patrimônio público.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.7. A Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, ao contratar a prestação de serviços de manutenção para as portas de aço enroláveis automáticas, busca assegurar a qualidade, segurança e eficiência dos equipamentos, essenciais para o bom funcionamento das atividades da instituição.
- 2.8. Para o bom funcionamento deste equipamento, se faz necessário a lubrificação semestral das portas de aço de enrolar automáticas, para evitar o desgaste prematuro dos componentes móveis, reduzir o ruído operacional, garantir a fluidez do movimento de enrolamento/desenrolamento e prevenir a corrosão interna. Esta atividade é parte integrante da Manutenção Preventiva Completa especificada no plano semestral.
- 2.9. A contratação visa garantir a manutenção contínua dos equipamentos e a pronta resposta a eventos fortuitos, assegurando:
- 2.9.22. Gestão eficiente dos recursos: a contratação permite um melhor controle dos custos, evitando gastos excessivos com reparos emergenciais e garantindo o uso eficiente dos recursos financeiros.
- 2.9.23. Continuidade das atividades: o pleno funcionamento das portas automáticas visa garantir a segurança patrimonial e o controle de acesso às dependências da Superintendência, assegurando a continuidade das atividades institucionais sem interrupções.
- 2.9.24. Segurança e controle de acesso: garantir o adequado funcionamento dos sistemas de abertura e fechamento promove a segurança das instalações e o controle de fluxo de pessoas nas dependências públicas.
- 2.10. A Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, ao priorizar a contratação de serviços de forma contínua, demonstra o compromisso com a qualidade, segurança e eficiência na gestão dos recursos públicos, buscando sempre o melhor atendimento às necessidades da comunidade educacional.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.11. **Da Participação de Consórcios:**
- 3.11.25. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.
- 3.12. **Da Participação de Cooperativa:**
- 3.12.26. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.
- 3.13. **Da Subcontratação:**
- 3.13.27. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.
- 3.14. **Da Sustentabilidade:**
- 3.14.28. Não há viabilidade de adoção de critérios ou práticas de sustentabilidade na presente contratação.
- 3.15. **Da Indicação de Marcas ou Modelos:**
- 3.15.29. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.
- 3.16. **Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**
- 3.16.30. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.
- 3.17. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:**
- 3.17.31. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.
- 3.18. **Da Garantia da Contratação:**
- 3.18.32. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.
- 3.19. **Condições e Especificações da Garantia do Serviço:**
- 3.19.33. Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).
- 3.20. **Da Vistoria**
- 3.20.34. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.21. **Prazo e Condições da Prestação do Serviço:**
- 4.21.35. A CONTRATADA deverá elaborar cronograma a ser entregue em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato contendo detalhamento do serviço e dos produtos a serem utilizados, indicando os respectivos locais para a execução, observando:

4.21.35.7. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da data da emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**.

4.21.35.8. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

4.21.35.8.1. **ANEXO V – Especificações Complementares.**

4.21.36. O prazo de execução dos serviços será de 60 meses contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei 14.133/21 e alterações, respeitada a vigência decenal.

4.22. **Do Local e Horário da Prestação do Serviço:**

4.22.37. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: **Avenida Presidente Vargas, 1.231, Senador Valadares, Pará de Minas/MG - CEP 35661-044**, no horário de 08:00 às 17:00.

4.23. **Dos materiais:**

4.23.38. Para a perfeita execução dos serviços, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário:

4.23.38.9. Lubrificantes e Graxas: Graxa específica para mecanismos de portas industriais (alta viscosidade e resistência à lavagem); óleo lubrificante ou spray penetrante (WD-40 ou similar) para fechaduras, dobradiças e correntes; lubrificante spray a seco para contatos elétricos e trilhos.

4.23.38.10. Materiais de Limpeza e Preparação: Estopa limpa; panos de microfibra; escovas de aço e de nylon; limpa-contatos em spray; solvente degreaser para remoção de graxa antiga e sujeira.

4.23.38.11. Materiais de Vedação e Fixação: Silicone lubrificante para borrachas de vedação; cola de contato para reparo de guarnições; kit com parafusos, porcas, arruelas e chavetas metálicas de diversos tamanhos, compatíveis com os equipamentos.

4.23.38.12. Materiais Elétricos: Fiação flexível; terminais (connectors); fita isolante; fita de marcação.

4.23.39. A CONTRATADA é inteiramente responsável pelo fornecimento, manutenção e obrigatoriedade de uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários à execução segura dos serviços, conforme determinam as normas regulamentadoras vigentes.

4.24. **Do Regime de Execução:**

4.24.40. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global para a manutenção preventiva.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.25. **Medição:**

5.25.41. **Manutenção Preventiva (preço global):**

5.25.41.13. **Medição:** mediante emissão de **1 (uma) Ordem de Serviço semestral** que autorize a execução do plano preventivo em todas as 5 (cinco) portas, o fiscal acompanhará a prestação de serviço.

5.25.41.14. **Pagamento:** será efetuado em **2 (duas) parcelas anuais iguais**, correspondentes a cada ciclo semestral, após a comprovação do cumprimento integral da Ordem de Serviço através de Ateste Fiscal do cumprimento da Ordem de Serviço.

5.25.42. **Manetenção corretiva e substituição de peças (preço unitário):**

5.25.42.15. **Medição:** cada intervenção corretiva e cada conjunto de peças a serem substituídas dependerão de **Ordem de Serviço específica e prévia**, onde a Ordem de Serviço será emitida para atender todos os custos do serviço de manutenção corretiva.

5.25.42.16. **Serviços Corretivos:** medidos conforme o cumprimento da Ordem de Serviço específica para a manutenção corretiva.

5.25.42.17. **Substituição de Peças:** conforme descrição do Anexo V - Especificações Complementares.

5.25.43. **Pagamento:** será processado de acordo com as ordens de serviço cumpridas, com base no Ateste Fiscal devidamente assinado e documentação fiscal das peças.

5.26. **Do Recebimento:**

5.26.44. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.26.44.18. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

5.26.45. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.26.46. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.26.47. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.26.48. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento provisório.

5.26.49. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.26.50. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.26.51. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.26.52. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.26.53. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.27. **Da Avaliação da Execução do Objeto:**

5.27.54. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II - Instrumento de Medição de Resultado.

5.27.55. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

5.28. **Da Liquidação:**

5.28.56. A Liquidação será efetuada no prazo de até **10 (dez) dias corridos** contados da data do recebimento definitivo do serviço e respectivo aceite do Contratante.

5.28.57. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.28.57.19. O vencimento;

5.28.57.20. A data da emissão;

5.28.57.21. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.28.57.22. O período respectivo de execução do objeto;

5.28.57.23. O valor a pagar; e

5.28.57.24. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.28.58. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.28.59. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.29. **Do Pagamento:**

5.29.60. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.29.60.25. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.29.61. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.29.62. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.29.62.26. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.29.63. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.29.63.27. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.29.64. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.29.65. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

5.29.65.28. Não produza os resultados acordados;

- 5.29.65.29. Deixe de executar, ou não execute com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 5.29.65.30. Deixe de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilize-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.30. **Da Antecipação do Pagamento:**

- 5.30.66. A presente contratação permite a antecipação de pagamento.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.31. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.32. **Regras Gerais:**

- 7.32.67. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.
- 7.32.68. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.32.69. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.32.70. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.32.71. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.32.72. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.33. **Da Fiscalização do Contrato:**

- 7.33.73. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.74. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.75. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.76. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.77. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.78. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.79. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.80. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.33.81. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.34. **Da Gestão do Contrato:**

- 7.34.82. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.34.83. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.34.84. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.34.85. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.34.86. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.34.87. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.34.88. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.34.89. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.35. **Do Preposto:**

7.35.90. Não será necessária a designação de preposto pelo Contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.36. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO** por lote.

8.36.91. O fornecedor somente poderá oferecer lance de **valor inferior** em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances.

8.36.92. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**.

8.37. **Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**

8.37.93. A proposta terá validade de **90 (noventa)** dias corridos contados da data de sua apresentação.

8.38. **Da Prova de Conceito (PoC):**

8.38.94. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. HABILITAÇÃO

9.39. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.39.95. **Habilitação Jurídica:**

9.39.95.31. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.39.95.32. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.39.95.33. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.39.95.34. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.39.95.35. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.39.95.36. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.39.95.37. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.39.95.38. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.39.95.39. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;

9.39.95.40. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.39.95.41. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.39.96. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.39.96.42. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.39.96.43. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.39.96.44. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.39.96.44.2. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

9.39.96.44.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.39.96.45. Certificado de Regularidade - relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

9.39.96.46. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.39.96.47. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.39.97. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

9.39.97.48. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

9.39.98. Declaração:

9.39.98.49. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.39.98.50. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.40. Do Contratante:

10.40.99. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

10.40.100. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.40.101. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.

10.40.102. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.

10.40.103. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.40.104. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.40.105. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.40.106. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

10.40.107. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

10.40.108. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.40.108.51. A Administração terá o prazo de até **30 (trinta) dias corridos** a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.40.109. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**.

10.40.110. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.40.111. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.40.112. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

10.40.113. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.41. Do Contratado:

10.41.114. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.41.115. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

10.41.116. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.41.117. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.41.118. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.

10.41.119. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.41.120. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

10.41.121. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.41.122. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

10.41.123. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

10.41.124. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.41.125. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

10.41.126. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.41.127. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.41.128. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.41.129. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.41.129.52. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.41.130. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.41.131. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.41.132. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.41.133. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.41.134. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

10.41.135. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.41.136. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.41.137. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.42. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou fornecedor que:
- 11.42.138. Der causa à inexecução parcial da contratação;
 - 11.42.139. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.42.140. Der causa à inexecução total da contratação;
 - 11.42.141. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 11.42.142. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 11.42.143. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.42.144. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.42.145. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento e execução do contrato;
 - 11.42.146. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
 - 11.42.147. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.42.148. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - 11.42.149. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 11.43. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.43.150. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - 11.43.151. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - 11.43.152. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
 - 11.43.153. **Multa:**
 - 11.43.153.53. Moratória de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **20% (vinte por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 11.43.153.54. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **10% (dez por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 11.44. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.45. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.46. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.47. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.48. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.49. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.50. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.50.154. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.50.155. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.50.156. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.50.157. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.50.158. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.51. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

11.52. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.53. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.54. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.55. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.56. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 63.684,75 (sessenta e três mil seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos **Relatório de Análise Estatística de Preços 05/2025 (125275945)**.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.57. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela **Lei nº 25.698, de 14 de janeiro de 2026**.

13.57.159. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **1261.12.368.169.2064.0001.3.3.90.36.17.0.10.1**.

13.58. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nome Elaborador: Eduardo César da Silveira Sousa

Agente de Contratação

Masp: 1.319.692-8

Nome Aprovador: Gilson Pereira da Silva

Diretor Administrativo e Financeiro

Masp: 1.210.198-6

Nome Aprovador: Tânia de Moura Morato Resende

Superintendente Regional de Ensino de Pará de Minas

Masp: 284.060-1



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cesar da Silveira Sousa, Servidor**, em 05/02/2026, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 06/02/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania de Moura Morato Resende, Superintendente Regional de Ensino**, em 06/02/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **122644602** e o código CRC **1E72108C**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Educação

Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas / Diretoria Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

Anexo nº II/SEE/SRE PARAMINAS DIVOFOMPRAS/2026

PROCESSO Nº 1260.01.0005131/2025-46

ANEXO II
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO
MANUTENÇÃO DE PORTAS DE AÇO DE ENROLAR AUTOMÁTICAS

1. OBJETIVO

1.1. O presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem como objetivo estabelecer os critérios objetivos para a avaliação da qualidade e do desempenho da empresa contratada na prestação do serviço de manutenção de portas de aço de enrolar automáticas da Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, conforme previsto no Termo de Referência.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.1. A avaliação da prestação do serviço será realizada com base nos seguintes indicadores de desempenho:

2.1.1. Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva

2.1.1.1. *Percentual de manutenções preventivas semestrais realizadas conforme cronograma.*

2.1.1.2. **Fórmula:** (Nº de preventivas realizadas / Nº total de preventivas previstas) x 100.

2.1.1.3. **Meta:** 100% de execução por semestre.

2.1.2. Tempo de Resposta para Chamados Corretivos

2.1.2.1. *Prazo entre o registro do chamado e o início do atendimento.*

2.1.2.2. **Fórmula:** Data/hora de início – data/hora do registro (em horas ou dias úteis).

2.1.2.3. **Meta:** Até 5 (cinco) dias úteis para início do atendimento.

2.1.3. Tempo de Resolução de Falhas

2.1.3.1. *Prazo entre o início do atendimento e a solução completa da falha.*

2.1.3.2. **Fórmula:** Data/hora de resolução – data/hora de início (em dias úteis).

2.1.3.3. **Meta:** Até 5 (cinco) dias úteis para conclusão do reparo.

2.1.4. Disponibilidade Operacional das Portas

2.1.4.1. *Percentual de tempo em que as portas permanecem em pleno funcionamento.*

2.1.4.2. **Fórmula:** (Tempo total de funcionamento / Tempo total do período) x 100.

2.1.4.3. **Meta:** Superior a 99% de disponibilidade no semestre.

2.1.5. Conformidade dos Serviços e Documentação

2.1.5.1. *Adequação dos serviços executados e da documentação entregue aos padrões contratuais (relatórios técnicos, uso de peças compatíveis, justificativas técnicas).*

2.1.5.2. **Fórmula:** Verificação qualitativa pela fiscalização.

2.1.5.3. **Meta:** 100% de conformidade.

3. PERIODICIDADE DA AVALIAÇÃO

3.1. A avaliação do IMR será realizada semestralmente, mediante a coleta e análise dos dados dos indicadores de desempenho.

3.2. Os resultados da avaliação serão registrados em relatório próprio, a ser apresentado ao Diretor Administrativo e Financeiro da Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas e equipe de contratação.

4. FORMA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO

4.1. Os dados dos indicadores de desempenho serão registrados em planilhas ou sistema informatizado, com a devida identificação da data, hora e descrição dos eventos.

4.2. O acompanhamento dos indicadores será realizado pelo fiscal do contrato, que poderá solicitar à empresa contratada relatórios periódicos sobre o desempenho do serviço.

5. CONSEQUÊNCIAS DO DESEMPENHO

5.1. O desempenho da empresa contratada na prestação do serviço de manutenção de portas de aço de enrolar será avaliado continuamente, com base nos indicadores e metas definidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante neste Anexo.

5.2. Os resultados apurados no IMR terão as seguintes consequências:

5.2.1. Acompanhamento e monitoramento contínuo do contrato.

5.2.2. Identificação de falhas e implementação de ações corretivas.

- 5.2.3. Base para comunicação e diálogo com a empresa contratada.
- 5.2.4. Aplicação de penalidades contratuais (advertência, multa, rescisão), em caso de descumprimento reiterado.
- 5.2.5. Subsídio para decisão de renovação contratual.

6. PLANILHA MODELO DE APLICAÇÃO IMR

Semestre	Indicador de Desempenho	Fórmula de Cálculo	Meta	Resultado	Avaliação
1º Semestre	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	(Nº realizadas / Nº previstas) x 100	1	0,995	Atendida
1º Semestre	Tempo de Resposta para Chamados Corretivos	Prazo entre chamado e início (dias úteis)	≤ 5 dias	4 dias	Atendida
1º Semestre	Tempo de Resolução de Falhas	Prazo entre início e solução (dias úteis)	≤ 5 dias	4 dias	Atendida
1º Semestre	Disponibilidade Operacional das Portas	(Tempo funcionando / Tempo total) x 100	> 99%	1	Atendida
1º Semestre	Conformidade dos Serviços e Documentação	Verificação qualitativa	1	0,92	Atendida
2º Semestre	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva	(Nº realizadas / Nº previstas) x 100	1	0,98	Não Atendida
2º Semestre	Tempo de Resposta para Chamados Corretivos	Prazo entre chamado e início (dias úteis)	≤ 5 dias	7 dias	Não Atendida
2º Semestre	Tempo de Resolução de Falhas	Prazo entre início e solução (dias úteis)	≤ 5 dias	8 dias	Não Atendida
2º Semestre	Disponibilidade Operacional das Portas	(Tempo funcionando / Tempo total) x 100	> 99%	0,8	Não Atendida
2º Semestre	Conformidade dos Serviços e Documentação	Verificação qualitativa	1	0,85	Não Atendida

Eduardo César da Silveira Sousa

Agente de Contratação - Analista Educacional

7. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

- 7.1. Considerando o plano de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) aqui disposto, com seus indicadores, metas, periodicidade de avaliação e forma de registro e acompanhamento, **APROVO** o presente IMR para a avaliação da prestação do serviço de manutenção de portas de aço de enrolar automáticas da Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, conforme previsto no Termo de Referência.

Tânia de Moura Morato Resende

Superintendente Regional de Ensino de Pará de Minas



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cesar da Silveira Sousa, Servidor**, em 06/02/2026, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania de Moura Morato Resende, Superintendente Regional de Ensino**, em 10/02/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 10/02/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **131345838** e o código CRC **7EE2A27E**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Educação

Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas / Diretoria Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

Anexo nº III/SEE/SRE PARAMINAS DIVOF/COMPRAS/2026

PROCESSO Nº 1260.01.0005131/2025-46

ANEXO III – MINUTA PADRONIZADA DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PROPOSTA COMERCIAL PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR Nº 01/2026			
(a ser preenchida em papel timbrado da proponente)			
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE	
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
Telefone:			
Endereço Eletrônico:			
Nome do Representante Legal:			
CPF do Representante Legal:			
LOTE 01	Item 01 - MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR - AUTOMÁTICAS - 5 PORTAS, conforme especificação técnica do item 1 do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.	VALOR UNITÁRIO / MENSAL	VALOR TOTAL /ANUAL
		R\$	R\$
	VALOR TOTAL DO LOTE POR ANO	R\$	
	VALOR TOTAL DO LOTE POR 5 ANOS	R\$	
Observações:			
Prazo de Validade da Proposta:			
Declaro que:			
<p>a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor;</p> <p>b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente dispensa de licitação por valor e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;</p> <p>c) esta proposta foi elaborada de forma independente pelo proponente, sem que tenha havido troca de informações ou quaisquer interferências de terceiros;</p>			
As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).			
Data e local.			
Assinatura do Representante Legal da Empresa			



Documento assinado eletronicamente por **Tania de Moura Morato Resende**, Superintendente Regional de Ensino, em 06/02/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **131434979** e o código CRC **41E47FF9**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEE/SRE PARAMINAS DIVOFCOMPRAS - Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas / Diretoria
Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

v2.2025.02

MINUTA PADRONIZADA DE TERMO DE CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR, NA FORMA ELETRÔNICA
(COTAÇÃO ELETRÔNICA – COTEP)

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

COTEP Nº 01/2026 - PROCESSO DE COMPRAS 1261317 000001/2026

CONTRATO Nº [INSERIR Nº]/[INSERIR ANO], DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/SRE PARÁ DE MINAS E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA].

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, com sede na Avenida Presidente Vargas, 1.231, Senador Valadares, endereço de correio eletrônico: sre.paraminas.compras@educacao.mg.gov.br, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.599/0004-58, doravante denominado(a) CONTRATANTE, neste ato representado pela Sra. Tânia de Moura Morato Resende, inscrita no CPF sob o nº ***.xxx.xxx-**, Resolução SEE nº 4.969/2024 de 09/03/2024 e [insserir nome do Contratado], endereço de correio eletrônico [insserir e-mail], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número [insserir nº parcial do CNPJ], com sede na [insserir endereço/município], neste ato representada por Sr(a). [insserir nome do representante do contratado], inscrito(a) no CPF nº ***.xxx.xxx-**, doravante denominado CONTRATADO, decorrente da Dispensa de Licitação por Valor - COTEP nº 01/2026, em observância às disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à legislação estadual, às disposições deste Contrato e, ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de manutenção de portas de aço de enrolar automáticas (preventiva e corretiva) instaladas na sede da SRE PARÁ DE MINAS, que deve ser executado conforme condições do Termo de Referência.

1.2. Discriminação do objeto:

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1.1	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR – AUTOMÁTICAS – 5 PORTAS – MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PERÍODO ANUAL 1/5)	UNIDADE	1
1	1.2	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR – AUTOMÁTICAS – 5 PORTAS – MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PERÍODO ANUAL 2/5)	UNIDADE	1
1	1.3	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR – AUTOMÁTICAS – 5 PORTAS – MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PERÍODO ANUAL 3/5)	UNIDADE	1
1	1.4	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR – AUTOMÁTICAS – 5 PORTAS – MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PERÍODO ANUAL 4/5)	UNIDADE	1
1	1.5	56669	MANUTENÇÃO E REPAROS EM PORTA DE AÇO DE ENROLAR – AUTOMÁTICAS – 5 PORTAS – MANUTENÇÃO PREVENTIVA (PERÍODO ANUAL 5/5)	UNIDADE	1
TOTAL GERAL (VIGÊNCIA DE 60 MESES)					R\$

Nota: O valor anual unitário de R\$ 12.736,95 mantém-se dentro do limite legal para dispensa de licitação por valor (art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021). O valor total de R\$ 63.684,75 corresponde ao compromisso financeiro global para os 5 anos de vigência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. Termo de Referência;
- 1.3.2. Aviso de Dispensa de Licitação por Valor;
- 1.3.3. Informações inseridas no Portal de Compras de Minas Gerais;
- 1.3.4. Proposta comercial do contratado;
- 1.3.5. Minuta contratual;

1.3.6. Eventuais anexos dos documentos acima, como o ANEXO II - Instrumento de Medição de Resultados e ANEXO V - Especificações Complementares.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de execução e de gestão contratuais, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e de recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência é de **5 (cinco) anos** contado a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de contrato de fornecimento contínuo deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.2.1. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO (art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências dos efeitos de aplicação das sanções.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **[inserir valor (inserir valor por extenso)]** perfazendo o total de R\$ **[inserir valor (inserir valor por extenso)]**.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor indicado no item 4.1. é meramente estimativo, de modo que o pagamento será realizado ao CONTRATADO de acordo com os quantitativos efetivamente executados.

4.3.1. Os valores sob demanda serão pagos, conforme a demanda de peças e componentes, futura e eventual, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência (131445583) e seus anexos, limitadas ao valor anual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):

5.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **1261.12.368.169.2064.0001.3.3.90.36.17.0.10.1; Fonte 0.10.1; UPG 7461.**

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no **IPCA** observado o interregno mínimo de 12 meses, **contados do orçamento estimado**, em **22/01/2026**, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. O direito a que se refere o item 7.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

7.3. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1

7.5. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.7.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

8.1. As obrigações técnicas relativas à execução do objeto (descrição, funcionamento e aplicação) estão descritas no Termo de Referência.

9. CLAUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas incidentes à inexecução do objeto são descritas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

- 11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.
- 11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 11.3. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no [artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.5. O termo de extinção do Contrato será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.5.3. Indenizações e multas.
- 11.6. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.
- 11.7. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no procedimento de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 2018.
- 12.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e o CONTRATADO assume o papel de operador conforme artigo 5º, VI e VII da Lei nº 13.709, de 2018.
- 12.3. O CONTRATADO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.
- 12.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 5 (cinco) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.
- 12.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.
- 12.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.
- 12.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709, de 2018, suas alterações e regulamentações posteriores, quando necessário.
- 12.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.
- 13.1.1. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.1.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja acordo entre as partes.
- 13.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 13.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e demais normas relativas a licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, a Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, ainda normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 15.1.1. O Portal de Compras será integrado ao PNCP para fins de cumprimento do art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

- 16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PARÁ DE MINAS

CONTRATADA:



Documento assinado eletronicamente por **Tania de Moura Morato Resende, Superintendente Regional de Ensino**, em 10/02/2026, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **131445583** e o código CRC **61537B1B**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Educação

Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas / Diretoria Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

Anexo nº V/SEE/SRE PARAMINAS DIVOFCOMPRAS/2025

PROCESSO Nº 1260.01.0005131/2025-46

ANEXO V

ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. DO EQUIPAMENTO

1.1. Executar a prestação do serviço de manutenção preventiva conforme o plano semestral:

GRUPO DE ATIVIDADES DE SERVIÇO	SEMESTRE 1	SEMESTRE 2
MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPLETA	X	X

1.1.1. PORTA 1: Porta de aço de enrolar automática, 3,53 metros de comprimento; 2,65 metros de altura; área total de 9,35 m² (nove metros quadrados e trinta e cinco centímetros quadrados); com acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor 220W, de 1700 rpm, com freio eletromagnético, com acionamento por botões (abre, fecha e para) e sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência.

1.1.2. PORTA 2: Porta de aço de enrolar automática, 3,30 metros de comprimento; 2,65 metros de altura; área total de 8,74 m² (oito metros quadrados e setenta e quatro centímetros quadrados); com acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor 220W, de 1700 rpm, com freio eletromagnético, com acionamento por botões (abre, fecha e para) e sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência.

1.1.3. PORTA 3: Porta de aço de enrolar automática modelo A: 1,96 metros de comprimento, 3,17 metros de altura e área total de 6,21 m² (seis metros quadrados e vinte e um centímetros quadrados). O equipamento deverá possuir acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor de 220W, de 1700 rpm, freio eletromagnético e acionamento por botões (abre, fecha e para), além de sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência. Será necessário fornecer 4 controles extras para abertura e fechamento das portas.

1.1.4. PORTA 4: PPorta de aço de enrolar automática modelo B: 3,24 metros de comprimento, 3,44 metros de altura e área total de 11,1456 m² (onze metros quadrados e mil quatrocentos e cinquenta e seis centímetros quadrados). O equipamento deverá possuir acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor de 220W, de 1700 rpm, freio eletromagnético e acionamento por botões (abre, fecha e para), além de sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência. Será necessário fornecer 6 controles extras para abertura e fechamento das portas.

1.1.5. PORTA 5: Porta de aço de enrolar automática, 2,50 metros de comprimento; 2,65 metros de altura; área total de 6,625 m² (seis metros quadrados e seiscentos e vinte centímetros quadrados); com acabamento em borracha para vedação da soleira, trava lâminas, chapa de aço galvanizado, motor redutor 220W, de 1700 rpm, com freio eletromagnético, com acionamento por botões (abre, fecha e para) e sistema de correntes para acionamento manual em caso de emergência.

2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 2.1. A CONTRATADA realizará serviços de manutenção preventiva semestral nas portas de aço enroláveis automáticas, compreendendo lubrificação, ajustes e realinhamento de componentes, visando garantir o bom funcionamento e a segurança dos equipamentos.
- 2.2. Os serviços serão executados entre 08:00 e 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, conforme solicitado previamente pela SRE Pará de Minas.

3. MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 3.1. A manutenção corretiva consiste no reparo de falhas e defeitos, incluindo a substituição de peças e componentes danificados, para restabelecer o funcionamento das portas em caso de pane ou mau funcionamento. Em situações de emergência com porta bloqueando acesso principal, o atendimento iniciará-se em até 1 (cinco) dias úteis após a comunicação formal. Para demais casos, o prazo máximo para início dos serviços será de 5 (cinco) dias úteis.
- 3.2. A CONTRATADA dispõe de prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para conclusão dos reparos, contados a partir do dia seguinte ao registro da ocorrência, incluindo o tempo necessário para aquisição de peças. Dilação deste prazo somente será admitida mediante justificativa técnica aprovada pela SRE Pará de Minas/DAFI.
- 3.3. Para todos os serviços corretivos, a CONTRATADA elaborará relatório técnico contendo identificação específica da porta, data e horário dos serviços, nome do técnico, descrição do problema e relação das peças substituídas. Em casos de atendimento inconcluso, a CONTRATADA retornará para conclusão dos serviços dentro do prazo originalmente estabelecido.
- 3.4. Quando necessário, a retirada de componentes para reparo em oficina especializada será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo custos de transporte.
- 3.5. A retirada do equipamento poderá ser efetuada após a assinatura do respectivo Termo de Responsabilidade, emitido pela CONTRATANTE.
- 3.6. A CONTRATADA deverá providenciar adequada sinalização de segurança durante os períodos de manutenção.

4. FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

- 4.1. A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento e substituição de todas as peças necessárias aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, utilizando exclusivamente peças novas e compatíveis com as especificações do fabricante.
- 4.2. Fica previsto um limite anual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o custeio conjunto de peças de reposição.
- 4.3. Este valor é parte integrante do orçamento anual da SRE Pará de Minas, para remunerar a contraprestação pelo serviço de manutenção corretiva prestado.
- 4.4. Procedimento para reposição de peças:
- 4.4.1. Quando a troca de peças for necessária, a empresa prestadora de serviços deverá formalizar a solicitação ao fiscal do contrato, especificando as peças a serem substituídas, com seus respectivos códigos, modelos e fabricantes, incluindo a justificativa técnica para a substituição.
- 4.4.2. Caso a substituição de um conjunto de peças implique em custo que, em conjunto com os demais já utilizados no ano, risque exceder o limite anual, a CONTRATANTE deverá suspender a prestação de serviço até o próximo exercício financeiro, ou a CONTRATADA poderá apresentar uma proposta de ressarcimento para executar a manutenção em tempo presente, considerando a aplicação da mesma prática para aquisição de peças.
- 4.4.3. A proposta deverá conter a justificativa técnica, descrição detalhada das peças (códigos, fabricante), e valor de mercado apurado junto a, no mínimo, três fornecedores.
- 4.4.4. O fiscal do contrato realizará uma pesquisa de mercado abrangente, consultando no mínimo 3 (três) fornecedores diferentes, para garantir a competitividade e a economicidade do processo.
- 4.4.5. O fiscal do contrato comparará os preços apresentados pela empresa prestadora de serviços com os preços obtidos na pesquisa de mercado, documentando a pesquisa com, no mínimo, três

orçamentos.

4.4.6. O fiscal do contrato deverá encaminhar sua análise de preços para aprovação do Diretor Administrativo e Financeiro, para continuidade do processo de aquisição dos materiais necessários.

4.4.7. Após análise e aprovação pela Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI), a CONTRATANTE poderá emitir um empenho específico para ressarcir a CONTRATADA pelos valores aprovados, que não serão considerados como aditivo contratual, mas como reposição de insumos previstos.

4.4.8. O Gestor do Contrato autorizará a execução do serviço corretivo mediante **ORDEM DE SERVIÇO** específica, emitida para o empenho descrito.

4.5. Em nenhuma hipótese o procedimento do item 4.3 poderá impedir ou retardar o atendimento aos prazos de manutenção corretiva, desde que haja orçamento para a execução.

4.6. A CONTRATADA deverá providenciar as peças imediatamente, submetendo o ressarcimento posteriormente, se aplicável.

4.7. A CONTRATADA deverá utilizar exclusivamente peças novas, compatíveis com as especificações do fabricante das PORTAS DE AÇO DE ENROLAR AUTOMÁTICAS, **vedada a utilização de itens recondicionados**.

4.8. Na impossibilidade de fornecimento do componente original e antes de realizar qualquer alteração técnica de peça a ser substituída, a CONTRATADA deverá elaborar justificativa dirigida à SRE de Pará de Minas/ Diretoria Administrativa e Financeira (DAFI), informando os motivos que levaram à necessidade de alteração da configuração original do equipamento.

Eduardo César da Silveira Sousa

Analista Educacional - MaSP 1.319.692-8

Agente de Contratação

Gilson Pereira da Silva

Diretor Administrativo e Financeiro

Tânia de Moura Morato Resende

Superintendente Regional de Ensino



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cesar da Silveira Sousa, Servidor**, em 16/01/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 22/01/2026, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania de Moura Morato Resende, Superintendente Regional de Ensino**, em 22/01/2026, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **126176513** e o código CRC **2C8B3E87**.